



TRF2

MINI SIMULADO - BLOCO 3



 (31) 98021-5992

 @juridico.dc

 dcpreparatorio@gmail.com


Jurídico DC

Bloco III:

1

A empresa Ônibus Rápido Ltda. questionou, perante o Poder Judiciário, a cobrança de diferentes valores, quais sejam:

- (i) taxa de fiscalização anual de transporte coletivo;
- (ii) tarifa cobrada dos usuários pelo serviço de transporte; e
- (iii) pedágio instituído para custear a conservação de via concedida à iniciativa privada.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF sobre a natureza de taxas, tarifas e preços públicos, é correto afirmar que:

Alternativas

- (A) tanto a taxa de fiscalização quanto a tarifa de transporte coletivo possuem natureza de tributo, sujeitando-se ambas ao princípio da legalidade estrita;
- (B) a tarifa de transporte coletivo, por sua natureza contratual, sujeita-se ao princípio da legalidade tributária, ao lado da taxa de fiscalização;
- (C) a tarifa de transporte coletivo é taxa, porque decorre da prestação de um serviço público essencial, específico e divisível;
- (D) a taxa de fiscalização e o pedágio são tributos da espécie taxa, diferenciando-se apenas quanto ao fato gerador e à base de cálculo;
- (E) o pedágio, assim como a tarifa cobrada dos usuários pelo serviço de transporte, possui natureza de preço público e não tributária.

2

O Hospital Municipal Vida Plena, autarquia do Município Ômega, celebrou contratos de prestação de

serviços com médicos plantonistas organizados sob a forma de pessoas jurídicas. Nos pagamentos mensais dessas pessoas jurídicas, procedeu à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF sobre o tema, é correto afirmar que:

Alternativas

- (A) A receita do IRRF pertence exclusivamente à União, por ser a única competente para instituir e cobrar o imposto de renda;
- (B) apenas os pagamentos efetuados diretamente pelo município, e não por suas autarquias, conferem a titularidade municipal sobre o produto da arrecadação do IRRF;
- (C) pertence ao município a titularidade do produto da arrecadação do IRRF incidente sobre rendimentos pagos por suas autarquias, inclusive a pessoas jurídicas contratadas para a prestação de serviços;
- (D) a titularidade municipal do IRRF restringe-se aos valores pagos a servidores e empregados públicos, não se estendendo a pessoas jurídicas prestadoras de serviços;
- (E) a repartição do produto do IRRF exige prévia regulamentação por lei complementar federal, não sendo autoaplicável o dispositivo constitucional que trata de repartição de receitas tributárias.

3

Lex Luthor recebeu, por sucessão causa mortis, um imóvel urbano localizado em Gotham City, declarando à Fazenda Estadual, para fins de ITCMD, valor significativamente inferior ao praticado no mercado imobiliário local. A legislação estadual previa que a base de cálculo do imposto corresponderia ao valor declarado pelo contribuinte, salvo comprovação de fraude.

Ao analisar a declaração, a autoridade fazendária entendeu que o valor informado não merecia fé,



instaurando procedimento administrativo individualizado para arbitrar o valor venal do bem, com base em parâmetros de mercado, assegurando contraditório e ampla defesa ao contribuinte.

Inconformado, Lex Luthor ajuizou ação judicial sustentando que, diante da existência de critério específico na legislação estadual, o Fisco estaria impedido de arbitrar a base de cálculo do ITCMD, sob pena de violação à legalidade tributária e à competência legislativa estadual.

Bruce Wayne estudante de Direito Tributário, resolveu analisar a questão à luz do Código Tributário Nacional e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, especialmente em sede de recurso repetitivo, o estudante Bruce Wayne concluiu corretamente que eram incorretas as seguintes afirmações:

O arbitramento do valor venal do imóvel, quando a declaração do contribuinte não merece fé, encontra fundamento direto no art. 148 do CTN, aplicável uniformemente a todos os entes federativos.

A existência de critério específico de apuração da base de cálculo do ITCMD na legislação estadual impede, em qualquer hipótese, a instauração de procedimento de arbitramento pela autoridade fazendária.

O arbitramento somente é legítimo quando precedido de procedimento administrativo regular, individualizado, com observância do contraditório e da ampla defesa, cabendo ao Fisco demonstrar que o valor declarado está dissociado do valor de mercado.

Assinale a alternativa correta:

- (A) apenas a afirmativa 1
- (B) apenas a afirmativa 2
- (C) apenas as afirmativas 1 e 3
- (D) apenas a afirmativa 3
- (E) as afirmativas 1, 2 e 3

4

Lex Luthor, proprietário de uma empresa de locação de veículos de alto padrão, passou a ser cobrado pelo Estado de Gotham do IPVA incidente sobre:

- (i) automóveis terrestres de alta potência;
- (ii) embarcações utilizadas para transporte recreativo; e
- (iii) aeronaves de pequeno porte registradas em seu nome.

A cobrança foi fundamentada em lei estadual editada em 2021, que previa a incidência do IPVA sobre veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, bem como estabelecia alíquotas diferenciadas conforme a potência do motor dos veículos terrestres.

Inconformado, Lex Luthor ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, sustentando violação ao princípio da legalidade tributária, à repartição constitucional de competências e à vedação de progressividade dos impostos reais.

À luz da Constituição Federal, antes e depois da Emenda Constitucional nº 132/2023, e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Lex Luthor concluiu corretamente que eram incorretas as seguintes afirmações:

Antes da EC nº 132/2023, a expressão constitucional “veículos automotores” autorizava interpretação extensiva para alcançar embarcações e aeronaves, desde que houvesse previsão em lei estadual.

Após a EC nº 132/2023, tornou-se constitucional a incidência do IPVA sobre veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, desde que respeitados os princípios gerais do sistema tributário.

A fixação de alíquotas diferenciadas de IPVA conforme a potência do motor dos veículos terrestres configura progressividade tributária vedada, por se tratar de imposto real.

Assinale a alternativa correta:

- (A) apenas a afirmativa 1

- (B) apenas a afirmativa 2
- (C) apenas as afirmativas 1 e 3
- (D) apenas a afirmativa 3
- (E) as afirmativas 1, 2 e 3

5

Diante da necessidade de atender demandas emergenciais e estratégicas da Administração Pública de Gotham, o Prefeito Bruce Wayne autorizou diversas contratações diretas, com base na Lei nº 14.133/2021.

Em auditoria posterior, a Controladoria apontou possíveis irregularidades, alegando ausência de procedimento formal de justificação, confusão entre hipóteses de inexigibilidade e dispensa, bem como uso indevido da contratação direta em situações que admitiriam competição.

Com base na legislação vigente e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, Lex Luthor, ao analisar o caso, concluiu corretamente que eram incorretas as seguintes afirmações:

A contratação direta, seja por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, prescinde da instauração de procedimento administrativo formal de justificação, bastando a posterior demonstração da legalidade do ajuste em eventual controle externo.

A inexigibilidade de licitação pressupõe a inviabilidade de competição, decorrente da ausência de ao menos um dos pressupostos de existência da licitação, sendo seu rol legal meramente exemplificativo.

As hipóteses de dispensa de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021 possuem caráter taxativo, não se admitindo ampliação por analogia, ainda que presente relevante interesse público.

A licitação fracassada, caracterizada pela inabilitação ou desclassificação de todos os licitantes, autoriza automaticamente a contratação direta,

independentemente da causa da desclassificação das propostas.

Assinale a alternativa correta:

- (A) apenas a afirmativa 1
- (B) apenas as afirmativas 1 e 4
- (C) apenas as afirmativas 2 e 3
- (D) apenas as afirmativas 1 e 4
- (E) as afirmativas 1, 2, 3 e 4

6

O Estado Delta tombou, por meio de decreto, o prédio do teatro onde ocorreu a apresentação da primeira ópera no Brasil.

Maria, proprietária do imóvel, pretendia vendê-lo para custear um tratamento de saúde. Diante do tombamento realizado, Maria continuou com a gestão do espaço cultural utilizado para importantes espetáculos.

No entanto, Maria está suportando despesas excessivas, em razão de exigências do estado, para reparação e preservação do imóvel.

Em relação ao referido caso, é correto afirmar que:

Alternativas

- (A) como se trata de uma espécie de limitação administrativa, que apenas restringe o uso do bem, não há indenização pela limitação imposta;
- (B) uma vez que Maria pretendia vender o imóvel, houve desapropriação indireta e a proprietária faz jus a indenização correspondente ao valor de mercado do bem tombado;
- (C) o tombamento é ato administrativo bilateral e deveria ter havido concordância expressa do proprietário para produzir efeitos, sob pena de violação à liberdade de propriedade, não cabendo a intervenção mediante decreto;

(D) eventual indenização a Maria, decorrente de obras de reparação custosas exigidas pelo estado, não deve ocorrer, uma vez que a proprietária é remunerada anualmente pelo valor da outorga;

(E) é imprescindível a anuência da Assembleia Legislativa do Estado Delta, e o ato expropriatório de intervenção em propriedade privada deve ser editado, mediante lei, em prol da livre iniciativa.

7

Em razão de requerimentos administrativos relacionados à transferência de outorgas conferidas a permissionários ou autorizatários falecidos, especificamente sobre a transferência da titularidade de direito de uso de ponto de táxi a herdeiros, o Município ABC solicitou parecer sobre a matéria à Procuradoria municipal.

Nesse sentido, o entendimento adequado a ser desenvolvido no referido parecer jurídico é o de que:

Alternativas

(A) a referida transferência de outorga é juridicamente admitida, desde que pelo tempo remanescente do prazo de outorga;

(B) o município, nesse caso, poderá revogar a permissão e conferir nova permissão ao herdeiro, com desconto no valor da outorga;

(C) a matéria é de incompetência municipal em razão da livre iniciativa e da liberdade de concorrência que devem reger as relações particulares;

(D) a transferência pleiteada é juridicamente viável, uma vez que a delegação de serviço público (permissão) não exige a realização de licitação prévia;

(E) a hipótese é de permissão de uso de bem público (vias urbanas), cujo caráter é personalíssimo, o que impede a possibilidade de qualquer alteração na pessoa do permissionário.

8

O Estado Alfa passa por uma séria crise financeira e resolve extinguir, mediante decreto do governador, cargos efetivos de sua estrutura administrativa e exonerar servidores comissionados que desempenham eficientemente atividades de direção nas respectivas secretarias estaduais.

Em relação aos cargos efetivos, estes eram ocupados por servidores, aprovados em concurso público, estáveis com três anos de efetivo exercício.

Em relação às medidas de contenção de gastos adotadas pelo referido estado, é correto afirmar que:

Alternativas

(A) os servidores comissionados não poderiam ser exonerados, pois desempenham suas atividades de forma eficiente;

(B) o decreto seria válido caso os servidores efetivos tivessem menos de três anos de efetivo exercício no referido cargo;

(C) a extinção de cargos ocupados pelos referidos servidores efetivos e estáveis, detentores de garantia de continuidade no serviço público, não é juridicamente possível;

(D) a extinção de cargos de provimento efetivo e ocupados por servidores estáveis, mediante decreto do chefe do Executivo estadual, é juridicamente viável em razão da crise financeira destacada;

(E) a extinção dos cargos de provimento efetivo é juridicamente possível, desde que mediante lei, devendo o servidor estável ficar em disponibilidade até o aproveitamento em outro cargo.

9

O Conselho de Administração do Grupo WayneTech S.A. apurou que dois ex-diretores teriam participado de sofisticado esquema de corrupção corporativa, celebrando contratos altamente lesivos à companhia em troca de vantagens indevidas. Os atos ilícitos somente vieram à tona após a aprovação, sem



ressalvas, das demonstrações financeiras e das contas da administração pela assembleia geral de acionistas.

Diante da descoberta dos fatos, a sociedade ajuizou ação de responsabilidade civil contra os ex-administradores, buscando o ressarcimento dos prejuízos suportados. Em contestação, os réus sustentaram que a aprovação das contas lhes conferiu quitus, exonerando-os de responsabilidade, e que a ação seria juridicamente inviável sem a prévia anulação judicial da deliberação assemblear que aprovou sua gestão.

À luz da Lei nº 6.404/1976 e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, Bruce Wayne concluiu corretamente que eram incorretas as seguintes afirmações:

A aprovação das contas e demonstrações financeiras pela assembleia geral, sem reservas, confere aos administradores quitação ampla, produzindo efeito liberatório em relação à responsabilidade civil.

A alegação de corrupção corporativa, fraude ou simulação afasta automaticamente o efeito liberatório do quitus, permitindo o ajuizamento direto da ação de responsabilidade, independentemente da anulação da deliberação assemblear.

A anulação judicial da deliberação assemblear que aprovou as contas constitui condição de procedibilidade da ação social de responsabilidade civil contra administradores de sociedade anônima.

A deliberação assemblear que aprovou as contas pode ser anulada judicialmente, no prazo legal, quando demonstrados erro, dolo, fraude ou simulação, possibilitando, em momento posterior, a propositura da ação de responsabilidade.

Assinale a alternativa correta:

(A) apenas a afirmativa 2

(B) apenas a afirmativa 3

(C) apenas as afirmativas 1 e 4

(D) apenas a afirmativa 1

(E) apenas as afirmativas 2 e 3

10

A sociedade empresária Wayne Indústrias S.A. teve sua falência decretada, possuindo como principal ativo um imóvel industrial avaliado em R\$ 8 milhões. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, com a redação conferida pela Lei nº 14.112/2020, foi designado leilão judicial para alienação do bem, observando-se o regime das três chamadas sucessivas.

Na primeira chamada, pelo valor integral da avaliação, e na segunda, por no mínimo 50% desse valor, não houve interessados. Na terceira chamada, expressamente prevista no edital e amplamente divulgada, o imóvel foi arrematado por R\$ 160 mil, equivalente a 2% do valor da avaliação.

Após a homologação da arrematação, o Ministério Público e determinados credores insurgiram-se contra a venda, alegando preço vil e prejuízo à massa falida, requerendo a anulação do leilão. Contudo, não apresentaram proposta superior, tampouco apontaram irregularidades no procedimento ou vícios na condução do certame.

À luz da Lei de Falências e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, Bruce Wayne concluiu corretamente que eram incorretas as seguintes afirmações:

A arrematação de bem da massa falida por preço significativamente inferior ao valor de avaliação autoriza, por si só, a anulação do leilão, independentemente da observância das formalidades legais.



A Lei nº 11.101/2005 admite, na terceira chamada do leilão falimentar, a alienação do bem por qualquer preço, desde que previamente prevista no edital e assegurada a competitividade do certame.

A impugnação ao resultado do leilão, fundada exclusivamente em alegação de preço vil, deve vir acompanhada de proposta de melhor oferta ou da demonstração de irregularidade que tenha comprometido a concorrência.

A homologação judicial da arrematação impede qualquer forma de controle posterior, ainda que comprovadas falhas na publicidade ou na condução do leilão.

Assinale a alternativa correta:

- (A) apenas a afirmativa 1
- (B) apenas a afirmativa 4
- (C) apenas as afirmativas 1 e 4
- (D) apenas a afirmativa 2
- (E) apenas as afirmativas 2 e 3

11

O Grupo Wayne Parks S.A., controlador de um grande parque temático, ingressou em recuperação judicial e apresentou plano de soerguimento aprovado pela Assembleia Geral de Credores e posteriormente homologado pelo juízo competente. O plano estabeleceu que determinados créditos seriam atualizados pela taxa CDI, índice que, à época da aprovação, encontrava-se em patamar reduzido.

Após o transcurso de aproximadamente dois anos da homologação, e já em fase de cumprimento do plano, verificou-se significativa elevação do CDI, o que aumentou substancialmente o valor das parcelas devidas aos credores. Diante desse cenário, a recuperanda requereu judicialmente a substituição do CDI pelo INPC, sob o argumento de que o índice

pactuado se tornara excessivamente oneroso, comprometendo a finalidade recuperacional.

O pedido foi impugnado por credores financeiros, que sustentaram a intangibilidade do plano homologado e a soberania da deliberação assemblear quanto às condições econômicas pactuadas.

À luz da Lei nº 11.101/2005 e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, Bruce Wayne concluiu corretamente que eram incorretas as seguintes afirmações:

A assembleia geral de credores é soberana para deliberar sobre índices de correção monetária e juros no plano de recuperação judicial, cabendo ao Judiciário apenas o controle de legalidade.

A posterior elevação do índice de correção pactuado no plano de recuperação judicial autoriza, por si só, a revisão judicial das condições econômicas originalmente aprovadas.

O plano de recuperação judicial regularmente aprovado e homologado vincula a recuperanda e os credores, produzindo efeitos obrigacionais estáveis durante sua execução.

O Judiciário pode substituir índices econômicos previstos no plano de recuperação sempre que entender que a medida favorece a preservação da empresa.

Assinale a alternativa correta:

- (A) apenas a afirmativa 2
- (B) apenas as afirmativas 2 e 4
- (C) apenas a afirmativa 4
- (D) apenas as afirmativas 1 e 3
- (E) as afirmativas 1, 2, 3 e 4

12



A sociedade empresária Wayne Logistics Ltda. teve deferido o processamento de sua recuperação judicial, ocasião em que celebrou contrato de prestação de serviços advocatícios para assessoramento estratégico na reestruturação empresarial, ajustando honorários no valor de R\$ 3 milhões.

Posteriormente, em razão do descumprimento do plano aprovado, a recuperação judicial foi convalidada em falência. O escritório de advocacia requereu a habilitação do crédito como extraconcursal, pleiteando o pagamento integral dos honorários, com fundamento nos arts. 67 e 84, incisos I a V, da Lei nº 11.101/2005, por se tratar de obrigação assumida após o deferimento da recuperação judicial.

O juízo falimentar reconheceu a natureza extraconcursal do crédito, mas determinou a limitação do pagamento ao teto de 150 salários mínimos, aplicando, por analogia, o art. 83, I, da Lei nº 11.101/2005, sob o argumento de isonomia entre credores e observância do entendimento firmado no Tema 637 do STJ.

Inconformado, o credor interpôs recurso, sustentando a inaplicabilidade da limitação legal aos créditos extraconcursais.

À luz da Lei nº 11.101/2005 e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, Bruce Wayne concluiu corretamente que eram incorretas as seguintes afirmações:

O crédito decorrente de contrato de prestação de serviços advocatícios celebrado após o deferimento da recuperação judicial possui natureza extraconcursal.

A limitação de 150 salários mínimos prevista no art. 83, I, da Lei nº 11.101/2005 aplica-se indistintamente a créditos concursais e extraconcursais.

Os créditos extraconcursais submetem-se à ordem de pagamento prevista no art. 84 da Lei nº 11.101/2005, gozando de precedência sobre os créditos concursais.

O Tema 637 do STJ autoriza a aplicação da limitação do art. 83, I, aos créditos extraconcursais, sempre que se tratar de honorários advocatícios.

Assinale a alternativa correta:

(A) apenas a afirmativa 2

(B) apenas as afirmativas 2 e 4

(C) apenas a afirmativa 4

(D) apenas as afirmativas 1 e 3

(E) as afirmativas 1, 2, 3 e 4

13

Com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas universais construídos após intensa consulta pública mundial, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas possui propósitos ambiciosos e transformadores, com grande foco nas pessoas mais vulneráveis. Um compromisso internacional de tal porte exige a atuação de todos os Poderes da República Federativa do Brasil e a participação do Supremo Tribunal Federal (STF) é fundamental para a efetivação de medidas para este desafio mundial tendo em vista a possibilidade de se empreender no âmbito da Corte políticas e ações concretas. Como primeiras iniciativas, todos os processos de controle de constitucionalidade e com repercussão geral reconhecida indicados pelo Presidente para a pauta de julgamento estão classificados com o respectivo objetivo de desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, o periódico de informativo de jurisprudência do STF já conta com essa marcação, permitindo a correlação clara e direta sobre o julgamento e os ODS. Avançou também neste momento para os processos julgados, com acórdãos publicados no ano de 2020. Neste amplo projeto de aproximação do STF com a Agenda 2030, estão programadas para as próximas etapas a identificação de processos de controle concentrado e com repercussão geral reconhecida ainda em

tramitação, mesmo sem indicação de julgamento próximo.

(Disponível em <https://portal.stf.jus.br/hotsites/agenda-2030/>)

Entre os ODS, o Objetivo 16 visa a promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, mediante o cumprimento de algumas metas.

As opções a seguir apresentam, corretamente, algumas dessas metas, à exceção de uma. Assinale-a.

Alternativas

A) Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.

B) Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

C) Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

D) Até 2030, zerar os fluxos financeiros e os de armas ilegais, reforçar a recuperação e a devolução de recursos roubados e combater as formas de crime organizado ligadas a crimes hediondos.

E) Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.

14

No Município Beta, há um casarão do século XVIII, de propriedade da pessoa jurídica X, que foi declarado pelo ente federativo como de interesse público, devido à sua relevância arquitetônica, histórica e cultural. A pessoa jurídica há muito negligenciava os

cuidados com o imóvel, que se deteriorou. O Ministério Público ajuizou ação civil pública, postulando que a pessoa jurídica e o Município Beta sejam condenados a reparar o dano ambiental e cultural causado no imóvel e a pagar indenização por danos morais coletivos. Antes da prolação da sentença, o imóvel foi desapropriado pelo Município Beta.

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e a legislação em vigor, é correto afirmar que, no caso hipotético formulado:

Alternativas

(A) o expropriado, mesmo após a desapropriação, deve ser condenado a reparar o dano ambiental por ele praticado anteriormente;

(B) as obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo possível exigi-las do proprietário atual, vedada a cobrança de reparação ao dano a qualquer dos anteriores;

(C) a condenação do expropriado a pagar pela reparação do imóvel desapropriado não implica violação do postulado do non bis in idem, prevalecendo a regra da reparação ambiental;

(D) o expropriado não tem o dever de pagar pela reparação do dano ambiental no bem desapropriado, podendo responder, no entanto, por eventual dano moral coletivo;

(E) o reconhecimento da legitimidade passiva do expropriado ao dever de reparar dano moral coletivo não pode ser realizado, pois o imóvel foi desapropriado com transferência originária da propriedade.

15

A Emenda Constitucional nº 45/2004 aprimorou as regras de internalização dos tratados internacionais sobre Direitos Humanos.



Sobre essa temática, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Prevalece o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que, após o advento da EC nº 45/2004, todos os tratados de Direitos Humanos têm natureza de norma constitucional.

() Os tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

() Os tratados e convenções de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil não precisam ser aprovados pelo Congresso Nacional, tendo em vista o disposto no Art. 5º, § 1º, da Constituição Federal.

As afirmativas são, respectivamente,

Alternativas

A) F – V – F.

B) F – F – V.

C) F – F – F.

D) V – V – F.

E) V – F – V.

16

Desde o ano de 2014, a Corte Interamericana de Direitos Humanos vem se posicionando sobre alegações de graves violações de direitos humanos de pessoas privadas de liberdade no Complexo Prisional do Curado, situado em Recife, no estado de Pernambuco.

Sobre a situação e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

Alternativas

A) o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso envolvendo o Complexo Prisional do Curado;

B) entre as medidas provisórias impostas pela Corte, consta a determinação de que o Estado brasileiro feche os estabelecimentos penais do Complexo do Curado;

C) as medidas provisórias impostas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos não têm caráter vinculante, sendo recebidas como recomendações pelo ordenamento jurídico brasileiro;

D) após a declaração do sistema prisional brasileiro como um “estado de coisas inconstitucional” pelo Supremo Tribunal Federal, em 2015, a situação foi considerada regularizada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos;

E) a Corte determinou o cômputo em dobro da pena de pessoas privadas de liberdade no Complexo do Curado, desde que não acusadas por crimes contra a vida, integridade física e dignidade sexual, sendo a medida validada pelo Supremo Tribunal Federal.

17

Sobre o Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, é correto afirmar que:

Alternativas

A) tem por função a fiscalização do cumprimento do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seus protocolos;

B) sua jurisdição ainda não é reconhecida pelo Brasil;

C) admite o recebimento de reclamações individuais;

D) admite denúncias anônimas, desde que acompanhadas de provas robustas do alegado;

E) não exige o esgotamento dos recursos internos disponíveis para o juízo de admissibilidade das denúncias.

18

Em análise e comparação entre o sistema global e o sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos, é correto afirmar que:

Alternativas

A) o sistema global de proteção de direitos humanos é coordenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Parlamento Europeu;

B) o Protocolo de San Salvador é um protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, não tendo, porém, sido promulgado no Brasil;

C) tanto o sistema global quanto o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos possuem como principal referência a Convenção Americana sobre Direitos Humanos;

D) o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais compõe o sistema global de proteção dos direitos humanos e garante o direito de todos os povos à autodeterminação;

E) a Corte Interamericana de Direitos Humanos é órgão do sistema global de proteção dos direitos humanos, cabendo à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a coordenação do sistema regional interamericano de proteção.

19

Quanto à aplicação do princípio pro homine no direito internacional dos direitos humanos, é correto afirmar que:

Alternativas

A) em caso de conflito de princípios, deve prevalecer aquele que tutela os interesses dos seres humanos em relação aos direitos da natureza;

B) a eventual aposição de reserva por Estado signatário de tratado de direitos humanos deve ser interpretada ampliativamente;

C) cada Estado goza de autonomia para definir quais são os dispositivos dos tratados e convenções aplicáveis em seu ordenamento jurídico;

D) as cláusulas que garantem direitos humanos devem ser interpretadas de modo a não prejudicar a ordem pública e o interesse coletivo;

E) deve prevalecer a interpretação que favoreça a norma mais próxima à garantia dos direitos humanos.

20

Sobre o controle de convencionalidade e os direitos humanos na Constituição de 1988 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

Alternativas

A) o deslocamento de competência para a Justiça Federal em hipóteses de grave violação de direitos humanos viola o pacto federativo e a autonomia dos órgãos judiciários locais;

B) de acordo com o Supremo Tribunal Federal, a regra da Convenção Americana sobre Direitos Humanos que veda a prisão civil do depositário infiel tem status constitucional;

C) segundo a teoria do duplo estatuto, as leis e atos normativos são válidos somente se forem compatíveis, simultaneamente, com a Constituição brasileira e com os tratados internacionais de direitos humanos incorporados;

D) segundo a teoria do duplo controle, cabe ao Supremo Tribunal Federal analisar a conformidade dos atos internos em relação à Constituição brasileira e em relação à jurisprudência interamericana;

E) cabe ao Poder Judiciário realizar o controle de constitucionalidade das leis, mas não o controle de convencionalidade, o qual cabe somente aos órgãos



de direitos humanos criados por tratados internacionais.

GABARITO

1	E
2	C
3	B
4	C
5	D
6	A
7	E
8	E
9	E
10	C
11	B
12	B
13	D
14	D
15	A
16	E
17	C
18	D
19	E
20	C